

APOSENTADORIA, UM TEMPO DE NOVAS EXPECTATIVAS PARA O IDOSO

Maria Raquel Constante Muller¹
Claudia Waltrick Machado Barbosa²

RESUMO

O objetivo deste artigo é indicar a forma como o idoso se percebe na velhice, e como a aposentadoria é vista e qual seu significado na vida do idoso demonstrando que as mudanças que ocorrem durante essas vivências estão configuradas como um processo natural e esperado e mesmo assim causam impactos marcantes na vida do idoso. Mostrando também uma forma simples e direta de como o aposentado é visto pela sociedade e quais as contribuições da sociedade para que esse indivíduo se sinta confortável na posição que ocupa.

Palavras-chave: Envelhecimento, Trabalho, Aposentadoria.

ABSTRACT

The purpose of this article is to indicate how the elderly can be seen in old age. And what retirement means in the elderly life demonstrating that the changes that occur during such experiences are configured as a natural and expected process and still cause remarkable impact on elderly. Also showing a simple and direct way to how the elderly is seen by society. What are the contributions of society so that the elderly feels comfortable in the position it occupies?

Keywords: Aging, Work, Retirement.

INTRODUÇÃO

Desde a mais tenra idade o ser humano ouve falar de trabalho, e sabe que mais cedo ou mais tarde terá que assumir uma responsabilidade e se inserir no mundo profissional. Macedo, et al. (2011, p.4), afirma que o meio de sobrevivência pode retratar, por um lado, um cumprimento em si próprio, um manancial de capacidade criadora; por outro lado, ele é capaz de ser, porém, sinônimo de limite, cansaço, afastamento. Não afetando a maneira como é idealizado, o trabalho não deixa de simbolizar um motivo de relação e aliciação social. No decurso de sua vida, o indivíduo é instigado a pensá-lo como a continuação coerente e adequada de uma existência habitual. Ainda nos tempos de criança e juventude, o homem já se organiza, com os estudos, para conceber um desempenho profissional.

¹ Acadêmica da 9ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unifacvest

²Psicóloga e pedagoga – Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unifacvest, Mestre em educação, especialista em terapia familiar e de casal.

Rodrigues et al. (2005 apud Antunes, 2005, p.9) destaca a relevância do meio de sobrevivência na constituição do homem como um ser social, visto que o homem se determina e representa pelas suas funções. É no seu cotidiano que ele se torna uma figura pública sendo dessa forma distinto de outras classes. No entanto, Both, et al. (2012 apud Linari, 2004, p.3) diz que:

Com a aproximação da aposentadoria, na maioria das vezes, nota-se uma inquietação por parte do indivíduo e que o maior obstáculo no enfrentamento da aposentadoria, percebe-se pelo fato de que nós seres humanos por toda a nossa vida, somos obrigados a um processo educativo que nos faz alargar capacidades para executar deveres focados no trabalho e, quando a etapa frutífera entra em declínio ou termina, pouco a pouco a autonomia social também vai se perdendo e começa então um processo de ajuste à aposentadoria, muitas vezes penoso e até inadmissível. Conforme o tempo vai passando a idade por si só, já traz ao homem inúmeras mudanças e conflitos, são várias etapas providas de grandes metamorfoses externas e internas.

Para Both et al. (2012, p.4), todos nós passamos por mudanças em nosso curso do envelhecimento, desde bebê, depois criança, em seguida adolescente e assim por diante. “Nessa transformação, acontecem constantemente prejuízos e distanciamento de certas coisas com as quais estávamos acostumados”. Com o envelhecimento, esse prejuízo se distanciamentos tornam-se ainda mais comuns por motivos de incapacidade física, emocional, cognitiva, entre outras.

O presente estudo pretende relatar a importância do idoso como um ser biopsicossocial, o processo do envelhecimento, e a aposentadoria como um tempo de novas expectativas para o idoso. Para iniciar, trazemos o que Junior et al. (2006, p.2) afirma: a estrutura etária do Brasil está expandindo muito rápido, esse observa um aumento de grande significado no que diz respeito aos idosos, chegando a mais de 10% em alguns estados. Mas, que se observa um aumento mais significativo no sul do país.

Neste sentido, Melo (2013, p. 19) afirma que: “No Brasil e no mundo hoje ocorre um fenômeno bastante peculiar da nossa época, é o aumento expressivo da população idosa. Cresce consideravelmente a expectativa de vida, chegando a mais de 70% no sul do país”. Freitas et al. (2009, p. 3) ressalta que atualmente a expectativa de vida dos brasileiros é de 73 anos, isso nos mostra que há mais de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, e que em 2050, espera-se alcançar uma maior expectativa de vida, 81 anos aproximadamente, totalizando 18% da população se igualando com os jovens no mesmo período. Essa expectativa de vida aumentada está associada ao avanço na tecnologia que visa melhorar a qualidade de vida da população

Braciali (2000 apud Carvalho Filho, 2009, p.4), cita que o aumento da esperança de vida está associado ao progresso de melhoria da qualidade de vida, de moradia, de

conhecimento e saúde do povoem geral e que a medicina, a tecnologia e as ciências superdesenvolvidas e que a cada dia encontram novas perspectivas para o aumento da expectativa de vida e que também existe a vontade que é nata do indivíduo de se prolongar seu tempo de vida mesclado com o medo de lidar com sua insuficiência e dependência.

Falar do idoso de uma forma superficial sem conhecer suas vivencias é muito fácil. Mas sabendo que a realidade da velhice é muito mais complexa do que aparenta, fez com que eu escolhesse como tema da minha pesquisa, para conhecer mais de perto a realidade do idoso, buscar informações a respeito do processo de mudança na velhice e o impacto da aposentadoria. Com pesquisas baseadas em artigos científicos e em livros, essa pesquisa se destina a oferecer a quem tiver interesse em saber mais sobre os impactos da aposentadoria sobre a realidade do idoso.

Muitos são os questionamentos a respeito do idoso, do trabalho e a espera pela aposentadoria. Nessa perspectiva, Pinto et al. (2014 apud Zanelli, Silva e Soares, 2010, p.3-4), afirmam que: “as pessoas passam boa parte da vida em função de se preparar e se qualificar para se inserir no mercado de trabalho, e, após muitos anos dedicados à vida profissional, chega o momento da aposentadoria”

Conforme ressalta Alvarenga et al. (2009, p.3):

Nota-se que a aposentadoria é um momento envolto por uma série de situações críticas, interligadas entre si e que interferem na qualidade de vida do idoso. Tendo em vista estes aspectos, a compreensão de como o idoso vivencia o seu processo de aposentadoria pode contribuir para a atuação dos profissionais de saúde que trabalham com esta população aproximando-os de sua realidade.

Diante de tantas polemicas e dúvidas buscam-se respostas quanto à espera pela a aposentadoria. Ela chegou, e agora? Frente a esse questionamento, objetiva-se saber, quais os impactos emocionais que a aposentadoria ocasiona no idoso? Para responder este questionamento, torna-se relevante, entender o universo do trabalho, para consequentemente entender o processo da aposentadoria.

Moreira (2011, p.3) revela que na Era Moderna, principalmente depois da Revolução Industrial, o trabalho atinge um patamar de maior melhor importância, de alguma coisa que determina a identidade e a vivência de cada indivíduo. Nos tempos atuais o meio de sobrevivência desfruta de um espaço distinto na história do homem.

Na concepção de Marra et al. (2012, p.2), “pessoas, equipes e sociedades têm suas próprias percepções sobre a ocupação em conformidade com o momento e o ambiente”. Há várias formas de refletir sobre o trabalho, no meio de um constante que vai desde a

sobrevivência e suprir as dificuldades financeiras até ser considerado como um recurso para atender as carências sociais, acrescentando a percepção de liberdade, respeitabilidade e amor-próprio, motivo de realização das suas próprias capacidades, prestígio e identidade.

De acordo com Zanelli et al. (2014, p. 9):

O trabalho é uma prática transformadora da realidade, que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano. Por meio do ato e do produto de seu trabalho, o homem percebe sua vida como um projeto elaborado e conduzido por ele mesmo, reconhece sua condição ontológica, materializa e expressa sua dependência e poder sobre a natureza, produzindo as condições materiais, culturais e institucionais que constituem seu ambiente e desenvolve seu padrão de qualidade de vida.

Alvarenga (2009, p.2) afirma que, a percepção de qualidade de vida por uma pessoa ou grupo transcende a esfera da saúde fica fazendo deste tema um objeto de análise amplo e complexo que pode englobar aspectos tais como o nível socioeconômico, “o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, os valores culturais, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou atividades diárias é o ambiente onde se vive”.

Para Bressan et al. (2012, p.4) no dia-a-dia de todo trabalhador, o trabalho apresenta diferentes aspectos, para uns simboliza glória e delícia, para outros imposição e reclusão, em meio a muitas definições. O meio de sobrevivência, evidentemente, representa inúmeras coisas diferentes. Em um plano pessoal, talvez seja um ofício, uma profissão, ou uma aptidão. Existe a função econômica de alcançar objetivos e o trabalho social pelo qual os indivíduos vêm para desenvolver personalidades. Num plano histórico e social, o “ganha-pão” é o mecanismo para a concepção da transformação social. E em um plano filosófico, a definição de trabalho apresenta pontos não só associados à procura da tranquilidade, mas também aos empecilhos que construímos em volta de trabalho e família, trabalho e descanso, oportunidade de trabalho e empregabilidade.

Seguimos de uma pertinente concordância de que o trabalho consiste numa característica peculiar do homem, organizando a vida na coletividade. Para demonstrar a representação do trabalho. Neste contexto Macedo (2011, p.4) cita que:

O trabalho pode representar, por um lado, uma realização em si mesmo, uma fonte de criatividade; por outro lado, ele pode ser, porém, sinônimo de limitação, fadiga, alienação de uma pessoa. Não importando a forma como é concebido, o trabalho não deixa de representar um fator de integração e engajamento social. Durante toda a sua vida, o sujeito é levado a considerá-lo como a sequência lógica e natural de uma vida adaptada e normal. Mesmo nos períodos de infância e adolescência, o ser humano já se prepara, com os estudos, para representar um papel profissional.

Bulla et al. (2006, p.3) revela que “o trabalho verdadeiramente foi que o elemento fundamental para a desenvolvimento humano”. É indispensável, no entanto, entender as modificações nos cargos, nas coordenações e nos métodos das tarefas para compreender os sentidos e aspectos do sujeito a respeito do grupo trabalhista. O modo como o homem se associa com o trabalho faz com que tenha ponto de vista e sentidos diversos, que precisam ser considerados e compreendidos, visto que qualquer indivíduo ainda desempenhando papéis idênticos no desenvolvimento do trabalho, não o faz de forma igual. Toda pessoa possui um jeito distinto de se adaptar ao trabalho, e o que irá apoiar essa distinção será a modo como o indivíduo se relaciona em seu ambiente social, levando em conta sua situação financeira.

Segundo Andujar (2006, p.60), “O trabalho pode produzir, de alguma forma, certo grau de satisfação nas pessoas, bem como pode ser propiciador do equilíbrio mental e da saúde”. Roesler (2012) ressalta que nos estudos psicológicos dos fatos sociais, a ligação do sujeito com seu meio de sobrevivência transpõe sua devoção ao trabalho, na medida em que causa fundamentalmente a definição de relações sociais, nos tipos de colaboração e divisão, convívio com pessoas diferentes, cargos conquistados e registro na categoria de responsabilidade e trabalho.

Neste sentido Macedo et al. (2011 apud Scalcon e Araujo, 2005, p.5) dizem que:

O significado do trabalho na sociedade contemporânea pode ser pensado sob três ângulos, não necessariamente antagônico: como fonte de realização pessoal que pode conferir status e constituir elemento de afirmação econômica; em sua dimensão instrumental, como elemento de apropriação da autonomia das pessoas, na qual a realização se torna secundária, e a necessidade econômica, fundamental, sendo o tempo dedicado ao trabalho ampliado na proporção inversa às possibilidades de ganho para a realização pessoal; e, como elemento que permanece central na constituição das identidades

Macedo et al. (2011, p.3), afirma que “o trabalho, como categoria, na perspectiva psicológica, é uma afirmação da autoestima e com uma função séria na sociedade; enquanto processo produtivo é assimilado sob aspectos fisiológicos, morais, sociais e econômicos”. Bulla (2006, p.5) complementa dizendo que, “o homem se desenvolve organizando-se para a labuta e precisa do trabalho, não só por um meio de sobrevivência, mas como uma forma de desenvolvimento individual”. O trabalho para o homem retrata exatamente sua existência vida, pois em uma sociedade capitalista o indivíduo sem ocupação é classificado como inútil, sendo isolado pela sociedade. Os estudos comprovam que o trabalho representa um valor muito importante para as pessoas, o que atrapalha o afastamento, para o gozo da aposentadoria. Não é fácil para o homem desprender-se do trabalho pois de acordo com Bulla (2006 apud Zanelli e Silva, 1996, p.5), “o ganha-pão é essencial para o crescimento individual e prestígio social,

tendo o jubilado problema de desprender-se do mesmo”. O meio de sobrevivência retrata a ação reguladora da administração da vida do homem, em que tempo, desempenhos e convivências particulares são estabelecidos de acordo com as suas reivindicações, sendo necessários para a vida social. As ocupações desempenhadas, ao longo da existência, servem de ponto de referência para as pessoas, sendo difícil desarticular-se dessas referências

Correa (2009, p.2) comenta que recentemente, o Brasil soma uma população de 13 milhões de habitantes com idade maior de 60 anos segundo pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com cálculos de que, posteriormente no ano de 2020, a nação possuirá em torno de trinta milhões de anciãos e conseguirá ser classificado como o sexto no mundo em número de habitantes idosos. Bulla et al. (2006, p.7) complementa:

Com o rápido crescimento da população idosa, são necessárias intervenções direcionadas à saúde, inserção no mercado de trabalho, medidas de proteção social e garantias para uma boa qualidade de vida futura para os idosos. Além de aprofundar os estudos teóricos sobre o processo de envelhecimento, compete aos profissionais realizar investigações na área, desvelando a realidade da vida das pessoas que estão na denominada terceira idade, em seus diversos aspectos.

De acordo com Cancela (2007, p.1), cada estrutura multicelular tem um período determinado de vida e passa por transformações fisiológicas com o decorrer dos anos. A existência de uma estrutura multicelular habitualmente é dividida em três etapas: a etapa do desenvolvimento e aumento, reprodutiva e envelhecimento. No decorrer da etapa inicial sucede o aumento e desenvolvimento dos órgãos especializados, o crescimento do organismo e alcançam-se competências funcionais que o fazem estar pronto a se multiplicar. A seguinte etapa é diferenciada pela habilidade de reprodução do sujeito, que assegura a permanência, continuação e aperfeiçoamento da própria espécie. A última etapa, o envelhecimento é evidenciado pela diminuição da eficácia operacional do organismo.

Para Ferreira et al. (2010, p.1)

O envelhecimento é um fenômeno do processo da vida, assim como a infância, a adolescência e a maturidade, e é marcado por mudanças biopsicossociais específicas, associadas à passagem do tempo. No entanto, este fenômeno varia de indivíduo para indivíduo, podendo ser determinado geneticamente ou ser influenciado pelo estilo de vida, pelas características do meio ambiente e pela situação nutricional de cada um.

Assis (2005, p.2), afirma que o senescência do homem é um segmento absoluto, sucessivo e gradativo. “É uma experiência abrangente entre os sujeitos, para a qual encontra uma variedade de elementos de distribuição genética, orgânica, comunitária, ambiental, psicológica e científica”. Minayo (2002, p. 26) complementa e diz que: “Para ultrapassar o

estado atual de conhecimentos, é preciso levar em conta que o envelhecimento é vivido de modo diferente de um indivíduo para outro, de uma geração para outra e de uma sociedade para outra”.

De acordo com Andujar (2006, p.64), “a pessoa idosa tem toda uma história vivida; um modo de compreender o mundo e a si mesma; valores, metas, motivações e expectativas e um conjunto de repertórios comportamentais adaptativos”. O autor segue afirmando que se permanecer neurologicamente confortável, conservar-se saudável ou se tomar cuidado com ocasionais enfermidades e seus limites, se conservar papéis conciliáveis com a sua fase e disposição comunitária e se permanecer realizada e esforçada, ela tem a capacidade de desfrutar a sua velhice.

Alvarenga (2009, p.2) ressalta que o acréscimo da esperança de vida relacionado à diminuição da proporção de fecundidade estabelece o fato chamado mudança demográfica definido pelo desgaste sucessivo dos indivíduos no mundo e igualmente notado dentre os brasileiros. Embora o envelhecimento seja um transcurso espontâneo traz ao organismo mudanças físicas e operantes, com impactos na condição do bem-estar do idoso e em consequência na sua qualidade histórica.

Siqueira (2002, p.6) revela que a expressão Terceira Idade é uma elaboração das sociedades modernas e vem sendo usada por considerar que é livre de significações pejorativas. Especifica-se, na maior parte, aos idosos que ainda não alcançaram a idade mais avançada, encontram-se na faixa dos 55 aos 70 anos, e abrange, essencialmente, sujeitos que se encontram saudáveis e com períodos disponíveis para o descanso e para diferentes experimentos nessa fase da existência.

Especificando as classes de idosos Schneider et al. (2008 apud Papalia, Olds & Feldman, 2006, p.2) cita que: “Atualmente, os especialistas no estudo do envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos”. Ainda para os autores, a expressão “velhos juvenis”, na maioria das vezes, faz referência a indivíduos de 65 a 74 anos, que habitualmente produtivos, revigorados e fortes. Os velhos antigos, de 75 a 84 anos, e os velhos mais idosos, de 85 anos ou mais, são aqueles que apresentam maior pré-disposição para o cansaço e para a doença, e podem apresentar problemas para realizar alguns dos afazeres da vida cotidiana.

A manutenção da saúde e autonomia na velhice, identificada como boa qualidade de vida física, mental e social, é o horizonte desejável para se preservar o potencial de realização e desenvolvimento nesta fase da vida. É também a perspectiva necessária para reduzir o impacto social que cerca as questões extremamente complexas e delicadas relativas ao cuidado ao idoso dependente. Por essas e outras motivações demográficas e socioeconômicas, a promoção da saúde tem sido destacada no eixo das políticas contemporâneas na área do envelhecimento (ASSIS, 2005, p.5).

Bulla et al. (2006, p.7), destaca que o problema do idoso em entrar no mercado de trabalho é relacionado a vários pontos que necessitam ser compreendidos, entre eles o fato do sujeito passar por discriminações quanto a sua velhice e aposentadoria. Andujar (2006, p.62), salienta que são muitos os problemas do indivíduo no seu dia a dia, encarando discriminação concernente ao transcurso da senescência pelo qual está passando, pois para o autor, “a jubilação atrapalha ainda mais tal segmento, visto que a compreensão que se tem a respeito dela é de distanciamento do meio de sobrevivência”. Essa concepção tem procedências históricas e culturais, sabendo que, alguns anos atrás, quem se jubilava, não necessitava permanecer trabalhando, já que o ganho do benefício era suficiente para a sua sobrevivência, o que atualmente não ocorre. O homem sofre discriminação por ser velho, e do mesmo modo, por estar inativo

Neste sentido Macedo et al. (2011, p.11), comenta:

A solidão é uma grande ameaça para o aposentado. É preciso, por conseguinte, que este seja acolhido, reconhecido e valorizado. Torna-se importante, pois, valorizar sua presença, sua companhia, testemunhar a vida realizadora que apresentou, por tudo que viveu, pela família que criou e pelas atividades que ainda poderá vir a desempenhar.

Siqueira (2002, p.4), afirma que nesse período, a senescência passa a ser marcada por um princípio social, não mais pelas modificações do organismo, mas, a jubilação, na qual o sujeito passa pela adaptação do grupo de labutador para ex- labutador; de bem-sucedido para desprovido; de pessoa eficiente para ineficiente. Neste sentido Lima et al. (2011 apud Pereda, 2005) ressalta que a senilidade, e a existência de forma geral, estabelecem um método de superar complexidades e dificuldades, e de comemorar progressos, grandes e pequenos.

Na concepção de Bulla et al. (2006, p.5)

A sociedade é contraditória. Por um lado, considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho. Por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil. O idoso aposentado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar.

Schneider et al. (2008, p.8), ressalta que “ A auto-eficácia, que é a crença do indivíduo na capacidade de exercer controle sobre a própria vida, está relacionada às escolhas pessoais de comportamento durante o processo de envelhecimento e à preparação para a aposentadoria”. Complementando Bulla et al. (2006) mostra que são muito complexas as justificativas que fazem o idoso a permanecer ou não trabalhando. Procura-se compreender, assim, as razões e os impactos dessa escolha no dia-a-dia dos sujeitos. É preciso considerar as perspectivas

econômicas da história dos indivíduos, uma vez que, quanto menor os rendimentos, tanto maior será a sua apreensão em relação à aposentadoria.

Os dados do IBGE (2006) citados por Bulla et al. (2002, p.5), dizem que:

Sujeitos com problemas econômicos, no momento em que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Esse fato é um forte motivo para mais de 4,6 milhões de idosos (cerca de um terço dos idosos brasileiros) retornarem ao trabalho depois de aposentados.

Both et al. (2012, p.9), salienta que “a perspectiva da aposentadoria, podem ocorrer mudanças significativas na administração do tempo e nas relações familiares”.

Nas famílias, enquanto os indivíduos envelhecem, vão ocorrendo mudanças na organização familiar em termos de papéis dos membros e de suas regras, estagiando as famílias em ciclos vitais. Esta fase de realinhamento dos papéis familiares pode ser acompanhada de certa dificuldade de adaptação não só por parte do idoso, mas também pelos demais familiares que passam a cuidar dele (HORTA, et al., 2010, p.2).

Antunes (2014) afirma que nessas conclusões, verificou-se que há uma redução do circuito social das amizades posteriormente a concretização da jubilação, visto que as ligações domésticas reúnem expressivamente as vantagens e as práticas aperfeiçoadas nesse tempo do período essencial. Desse modo, convém observar que as afinidades entre esposos e esposas, também destes com seus filhos e netos são vistas como algo de grande valor, e um dos fundamentais motivos de satisfação.

Pensamos que é na família que as pessoas podem encontrar recursos para viver, de forma mais afetiva e criativa, esta nova jornada, esta etapa de confronto de sonhos, realizações, ganhos, perdas e nova realidade; é necessário, portanto, ter havido o cultivo das relações familiares em todos os momentos da vida, para que não falte esse apoio nas fases mais avançadas da existência, quando então tais relações familiares assumem a parte mais significativa da rede pessoal de todo o ser humano (MACEDO, et al., 2011, p.11).

Antunes (2014, p.7) segue afirmando que ao analisar as perspectivas abordadas nessa esfera, salienta-se que a família se estabelece como um princípio significativo para a compreensão das alterações que advêm por motivo da concretização da jubilação, seja na identidade do sujeito ou nas atribuições desempenhadas nessa situação, pois para o autor:

Assim, a aposentadoria configura-se como um período oportuno para o resgate e o investimento nos âmbitos da vida que não receberam atenção suficiente, ou, ainda, para a ampliação das fontes de satisfação e felicidade do indivíduo. De igual maneira, a análise das questões em torno da aposentadoria e da família permitiu identificar a interconexão entre os temas, denotando que o contexto familiar está intrinsecamente vinculado ao processo de desligamento laboral na medida em que se configura como

um elemento que compõe desde expectativas até condições para a efetivação e a adaptação a esse período.

Ferreira et al. (2010), mostra que embranquecer é um privilégio para todos que conseguem chegar nessa fase da existência. Por essa razão, o reconhecimento das práticas de vida experienciadas no transcorrer da história dos idosos converte-os em célebres especialistas para a difusão de equívocos e sucessos, que tem a capacidade de colaborar para o desenvolvimento de um discernimento crítico sobre o presente.

Zimerman (2000, p.19) coloca que “Velho é aquele que tem diversas idades: a idade do seu corpo, da sua história genética, da sua parte psicológica, e da sua ligação com a sociedade”. Diante disso, constata-se que envelhecer é um processo inerente ao ser humano, e cada um, e esse processo ocorre de acordo com as experiências individuais. Mas junto com o envelhecimento vem a aposentadoria. França (1999) ressalta que a aposentadoria indica o afastamento de um meio de sobrevivência satisfatório, e essa expressão frequentemente remete ao tempo de existência do sujeito.

Blejgel (2001, p.6) mostra que “a aposentadoria é um benefício concedido ao trabalhador, após satisfeitas as condições legais e regulamentares, com sua passagem para a inatividade remunerada”. E segue afirmando que: “Em 1999, com aprovação do Regulamento da Previdência Social, decreto Nº 3048 de 06/05/99, seguido do decreto 3265 em 29/11/99, ficam estabelecidos os critérios e os tipos de aposentadoria”

A especificidade de cada tipo de aposentadoria é detalhada por Lima (2010, p.31), revelando que: “pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS³ existem quatro tipos de jubilação no Brasil: por invalidez; por tempo de contribuição; especial e por idade”. E segue afirmando que a jubilação por invalidez é permitida aos trabalhadores que, por enfermidade ou imprevisto, forem analisados pela inspeção médica da previdência inábil exercer suas funções ou outros ofícios que lhes traga má sustentação.

A jubilação por período de contribuição pode ser “total” ou “ajustado”: na primeira, há requisição mínima de período de contribuição dos trabalhadores (homens 35 anos e mulheres, 30 anos). Na segunda, o sujeito precisará ajustar período de contribuição e idade mínima. Para os homens 53 anos de idade e 30 anos de contribuição; para as mulheres, 48 anos de idade e 25 de contribuição (LIMA, 2010).

³O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal a ele vinculada. Este Regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

A jubilação especial é conferida ao segurado que tenha desempenhado suas funções em circunstâncias danosas ao bem-estar ou à plenitude física. Para alcançar este direito o indivíduo deverá evidenciar o período de trabalho, igualmente a permanente exposição aos agentes avaliados como nocivos ao bem-estar pelo tempo de 15, 20 ou 25 anos. E finalmente, jubilação por idade, outorgada aos trabalhadores que provarem o período de contribuição estabelecida, assim como idade mínima. Para os trabalhadores urbanos homens 65 anos e, para as mulheres, a partir dos 60 anos; para os trabalhadores rurais homens 60 anos e, para as mulheres, 55 anos (LIMA, 2010).

Para França (1999, p. 2), todavia, ter pouca idade ou ultrapassado para a ocupação não é relativo somente a um parecer da habilidade física, intelectual ou psicológica para as tarefas, contudo, ainda vai estar sujeito a situação demográfica, histórica e o meio social, político e econômico que o indivíduo esteja estabelecido. Diversas pessoas se aposentam com antecedência e muitos morrem antes de chegar ao tempo da aposentadoria. Poucos têm a oportunidade de optar por esse momento, alguns são selecionados e muitos receiam a chegada desse tempo.

Na concepção de Fôlha et al. (2011, p.6)

Ainda que o indivíduo almeje a aposentadoria e tenha projetos para o futuro, é frequente o aparecimento de angústia ao enfrentar essa perspectiva, visto que tem conhecimento que ela irá causar várias modificações, e que mesmo podendo escolher o sujeito terá que administrar o seu propósito na nova fase, controlar os possíveis prejuízos e repensar os anseios e expectativas em função das suas possibilidades.

França (1999, p.9), ressalta que o desligamento das atividades do trabalhador causado pela aposentadoria possa ser “o prejuízo mais significativo da vida social dos indivíduos, visto que ela pode futuramente ocasionar outros prejuízos, que tendem a comprometer a sua estrutura psicológica”. Fôlha et al (2011 apud Santos 1990, p.2) diz que o desligamento das funções do trabalhador gerado pela aposentadoria traz anseios diversificados: perturbação, por não aceitar a nova condição de aposentado, pois essa nova categoria o remete a uma idéia estigmatizada que é a inatividade, a liberdade, uma euforia decorrente da procura pela satisfação nesse tempo de folga e realização de projetos adiados devido ao trabalho.

Quem sempre viveu para o trabalho mostra uma inquietação em relação a esse tempo de pausa, como enfatiza Wieczynski, (2003, p.12), ao dizer que:

Para aqueles sujeitos que planejaram sua vida exclusivamente em torno do trabalho, a aposentadoria e o afastamento das atividades produtivas representam, para a grande maioria, a diminuição de ganhos financeiros. Mas por outro lado para um grande número de aposentados com renda adequada para sanar as suas necessidades básicas

a interrupção produtiva revela outra situação: a necessidade de sentir-se útil, de saber que seus conhecimentos ainda são prestigiados e respeitados pela sociedade de um modo geral.

Schmidt et al. (2011, p.4) destacam que, todavia, represente um tempo de novas definições da vida do indivíduo, e por esse motivo não possa se restringir e correlacionar aposentadoria as perdas é imprescindível analisar a quebra a que remete, principalmente, do “ganha-pão”, que em nossa sociedade é tão considerado.

A confrontação com o vazio deixado pelas horas antes dedicadas ao trabalho e o tédio do tempo desocupado, o afastamento ou a perda de relacionamento social com os colegas de trabalho, o medo do ócio, o papel social que a ocupação desenvolvida representava e a perda de reconhecimento que dela advinha e, ainda, as dificuldades de adaptação a um convívio mais extenso com a família, podem constituir um período de ameaça ao equilíbrio mental do indivíduo (RODRIGUES et al., 2005, p. 58).

Por ser um período bastante complexo na vida do sujeito, é fundamental que seja muito bem planejado como salientam Costa, et al. (2009, p.7), ao afirmar que, “se realizada de maneira indelicada e, sem elaboração, torna-se um período profundamente favorável a situações desagradáveis”. Por essa razão, nos primeiros tempos de aposentadoria são frequentes os relatos de divórcios, enfermidades graves e até suicídios, e segue afirmando que quando não se organizam para dar sequência a sua vida produtiva, há ausência do movimento da vida que podem ocasionar a evolução de doenças psicopatológicas e levar o indivíduo a usar drogas, álcool e até vir a óbito.

Visto que é um processo lento e que nem todos planejam de forma correta essa pausa nas atividades laborais Gerbasi (2014, p. 17-23) afirma que:

O planejamento da aposentadoria, da maneira que é feito hoje pela quase totalidade das pessoas, tornou-se nada além de um exercício de procrastinação. Essa postura diante do futuro as conduzirá ao mesmo resultado: a impotente falta de escolhas diante das forças da economia. [...] Quase todos seguem a mesma receita, quase todos colhem o mesmo resultado: frustração.

Costa, (2009, p.6), aponta que habitualmente, em razão da perda de identificação da ocupação, a aposentadoria é percebida de maneira contrária a definição de contentamento. Lembrando que, em uma sociedade capitalista, o benefício tem a inclinação de ser seguido por princípios negativos como insuficiência, incompetência e envelhecimento. Desse modo, “o jubilado é quem não tem mais serventia para a preservação de um trabalho bem-sucedido. Em meio a expectativas negativas, o indivíduo já leva consigo inseguranças e preocupações frente a essas possibilidades”.

Sabendo que cada indivíduo lida de forma diferente devido a muitos fatores, Zanelli, (2012 apud Caldas, 2012, p.3) salienta que a forma de experienciar a aposentadoria liga-se aos benefícios e incentivo individuais, ao grau de obrigação com o desempenho profissional até o momento desempenhado e à possibilidade econômica do indivíduo. Dificuldades resultantes da interrupção frequentemente estão associadas a sentimentos de decepção, de fraqueza perante as mudanças e, em eventos derradeiros, à perda do auto-respeito.

Romanini et al. (2005, p.5), ressalta que, o trabalhador ao se aposentar, passa por um período de alterações na vida, sem dúvidas, essa etapa dependerá da forma como foi elaborada a vida, o valor dado ao meio de sobrevivência e os relacionamentos com a sociedade. Cada indivíduo aplica de formas diferentes na carreira profissional de acordo com suas precisões, seus incentivos e seus anseios e que a aposentadoria é o período definição de novos pontos de referência e de reorganização da vida particular.

Soares (2011, p. 35) complementa dizendo que:

A saída do mundo do trabalho para a aposentadoria implica diversas mudanças na vida, pois representa ao mesmo tempo a perda do lugar no sistema de produção, a necessidade de reorganização espacial e temporal (tempo e lugar de trabalho/ tempo e lugar de não-trabalho) e de reestruturação da identidade.

Ao se reinventar o aposentado pode vislumbrar novas possibilidades diante de tantas mudanças vividas, pois esses momentos de pausa no trabalho igualmente aos tantos períodos da vida como ressalta Schmidt et al. (2011, p.4):

O indivíduo passa por tempos de bons resultados e também de prejuízos, e que o sujeito dispõe de mais momentos onde se encontra disponível para dar novos rumos aos propósitos e isso representa uma nova alternativa para enfrentar o tempo e a aposentadoria não como um limite final da existência, mas como um método inovador de usufruí-la.

Costa et al. (2009, p.7) enfatiza que, “a pausa nas atividades laborais não necessita ser encarada como o termino dos planos, mas sim como reinicio, onde os conturbados projetos pessoais precisam ser reinventados”. Por essa razão, é imprescindível desempenhar diferentes ocupações, as quais podem, até mesmo, proporcionar mais satisfação do que as atividades passadas, constituir novos vínculos afetuosos, encontrar ou reencontrar anseios, por fim, vislumbrar um futuro diferente.

Esse recomeço, ou retomada de vida, mostra o quanto é importante quando o indivíduo se organiza para isso, conforme autor acima citado, ao afirmar que projetar a jubilação, estar

capacitado para prováveis alvoroços e adaptações no andamento dessa fase da vida, com certeza, é significativo e relevante para a sobrevivência.

Rodrigues et al. (2005, p.2) destaca que:

Para os que chegam nesse tempo de jubilação, é necessário advertir para a realidade da particularidade do sujeito no desenvolvimento da definição e conflitos dessa fase da vida, principalmente considerando motivos particulares, econômicos, sociais e culturais a que estão sujeitos os indivíduos.

Freitas (2009, p.12) revela que essa pausa nas atividades laborais acontece ao mesmo tempo do amadurecimento psicológico, onde ao longo dos anos, nota-se uma modificação de atitude no que se refere a trabalhadores mais velhos, frequentemente titulados anciãos. Devido aos fatores gerados pelo período de mudanças na vida do aposentado ainda tem mais motivo para preocupação, o modo como é visto pela sociedade. Conforme relata Rodrigues (et al., 2005, p.3), a jubilação é uma etapa que gera alterações e pode provocar angústias no sujeito, levando em conta sua trajetória de vida junto ao meio onde viveu, ameaçando sua identidade como pessoa e como ser social, tendo que passar por mais uma etapa de conflitos que é o fato de ser tachado de velho.

A idade com que o indivíduo se aposenta depende da história de vida de cada um, uns iniciam antes, outros depois. Freitas (2009, p.10), ressalta que a jubilação tem ocorrido para pessoas que ainda são jovens, e que ainda têm a possibilidade de dar continuidade a algum tipo de atividade com renda pós- aposentadoria. Sabendo que nem todos se preparam para esse tempo e pretendem viver exclusivamente dos rendimentos da aposentadoria.

Duarte (2009, p.5), afirma que para aqueles que têm a aposentadoria como única renda e não como um complemento em suas finanças com a continuação do trabalho, a perspectiva pode mostrar circunstâncias contrárias, em que a situação do sujeito está sendo vista como algo que trará prejuízos no futuro. Aumenta-se o receio da ruptura do equilíbrio tanto psicológico como monetário, e a precisão de um método de instrução para esse tempo de incertezas e dúvidas dos comportamentos, então determinados e identificados, torna-se claro. Pois para o autor:

Percebe-se que a espera da aposentadoria vislumbra paulatinamente o futuro financeiro incerto que, por sua vez, acumula-se no espectro de instabilidades trazidas pela pré-aposentadoria. Não se sabe se lhe será dada a oportunidade de permanência no trabalho, se terá ainda condições físicas de manter-se em atividade e, com isso, a expectativa da aposentadoria é tida sob uma esfera de desconfiança com relação aos seus direitos de cidadão.

Nesse ponto Soares (2011, p. 37) salienta que “o direito a aposentadoria, por outro lado, sempre esteve presente nas lutas da classe trabalhadora e não há como negar que o desejo

do jubilo se constitui em uma espera para muitos”. Por isso, esse momento deve ser elaborado com antecedência junto às empresas conforme aponta de França (2002apud Freitas,2009), salientando que:

Para que a transição do trabalho para a aposentadoria seja alcançada de maneira mais tranquila, é fundamental que sejam apresentados programas de preparação para a aposentadoria nas organizações, à medida que se elabora o futuro. E quando esse momento chegar é imprescindível que o indivíduo se organize para ocupar o tempo livre.

Para Zanelli (2000), solicitar a jubilação formal e concluir uma trajetória oficial resulta em definir possibilidades. Sendo aposentado, é fundamental refletir e determinar sobre outra ocupação, uma tarefa independente, trabalhos beneficentes, tempos de descanso, dedicação as tarefas domesticas e a família, ou outras ocupações.

Kujawa (2013, p.6) afirma que:

Se compreende a ampla relevância da preparação para a aposentadoria como determinante para a condição de vida do indivíduo durante essa etapa, no momento em que esse tempo ocorre sem ter sido projetado, é possível aparecer problemas no ajustamento às novas situações, provocar, na maioria das vezes, pessimismo, falta de entusiasmo, baixa autoestima, retraimento social, problema de preencher o período que antes era voltado às atividades laborais.

Sabendo disso, as organizações procuraram desenvolver junto aos seus profissionais capacitados, meios de estar dando antecipadamente suporte e incentivando seus trabalhadores a encontrar um novo caminho pós-aposentadoria. De acordo com Silva et al. (2008), entendendo as perspectivas e aflições pelas quais sofre o sujeito no tempo de pré-aposentadoria, as organizações estão elaborando Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA). Elas perceberam que, além de ajudar na realização de seus compromissos sociais, esses projetos são instrumentos administrativos extraordinários que constituem um investimento em dobro ao se encarregar por isso. O primeiro, sobre os trabalhadores que estão se jubilando que sentem seu trabalho valorizado e se mantém dessa forma. O segundo, com os outros que percebem o zelo e consideração que a organização tem pelos trabalhadores, e isso intensifica o bom desempenho no trabalho.

Zanelli (2000) revela que para o trabalhador, o programa é uma chance de conseguir subsídios apropriados sobre a jubilação; descobrir escolhas de ocupações pós-aposentadoria; identificar as opções de atividades que a sociedade possui (como associações, programas específicos etc.); e debater, com outros que passam pela mesma experiência (seus temores,

aflições, aspiração e pretensões). Esses debates fazem com haja uma aproximação de amigos esquecidos, e criem novos círculos de amizades.

Para Silva (et al., 2008, p.7), “as contribuições do PPA são para resgatar sonhos, repensar os próprios valores, despertarem mudanças, é um trabalho que envolve um conjunto de pessoas que contribui para a melhoria da qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho”. Freitas (2009, p.6), afirma que o PPA promove a segurança dos trabalhadores que estão para se aposentar, pois destaca as perspectivas favoráveis e propicia a meditação sobre os pontos desfavoráveis da mudança e também a demanda de possibilidades para trabalhar com eles. Para o autor:

É a chance para ganhar conhecimento e para aderir métodos e atitudes que gerem bem-estar e bem-estar do sujeito caracteriza, certamente, um resultado positivo para toda a coletividade, pois remove as chances de mal-estar e, assim, se transforma em diminuição de gastos com a saúde pública ou privada.

Pinto et al. (2014, p.2) lembram que os Programas de Preparação para Aposentadoria emergiram no Brasil no final da década de 1980. No início, estes programas eram de cunho informativo, e, atualmente, tem a finalidade de conduzir os indivíduos a se conscientizar através exercício eficaz.

França et al. (2009 apud Freitas, 2002, p.7), mostra que o PPA precisa incluir um módulo informativo e um módulo experiencial. Sendo que o primeiro precisará proporcionar cursos com especialistas em aposentadoria, conferências com pessoas que já se aposentaram que são prósperas e ativas orientações, sobre segurança e bem-estar e apresentações sobre capacidade criadora e práticas benéficas com psicólogos e médicos geriatras. O módulo informativo deve solicitar que o trabalhador convide um amigo ou parente para compartilhar o aprendizado e participar dos seminários.

Assim, para se pensar em ações direcionadas à qualidade de vida do aposentado, é necessário compreender o que significa para um indivíduo se aposentar, qual o significado desse processo em sua vida; pois, a aposentadoria constitui-se numa etapa de transição que pode significar uma ameaça ao seu equilíbrio psíquico, ao ameaçar a sua identidade como pessoa e como ser social (RODRIGUES, et al., 2005, p.57).

Pinto (2014 apud Zanelli, Silva e Soares, 2010, p.7) aponta que “para a elaboração desses programas é imprescindível um profissional orientador que apresente competências técnicas e interpessoais para que possa amparar os orientandos”. Tal profissional necessitará agir como um facilitador do desenvolvimento do processo de jubilação através da elaboração

de reflexões junto aos trabalhadores, do reconhecimento de carências e perspectivas estabelecidas, e também de agir no momento da aposentadoria de forma incentivadora.

De acordo com Freitas et al. (2009, p.9):

Os candidatos à aposentadoria podem e devem continuar no mercado de trabalho, desde que tenham saúde, desejo e invistam na sua atualização. A transição para a aposentadoria pode representar uma oportunidade para a mudança profissional, para a busca por um trabalho mais prazeroso ou condizente com um novo perfil profissional. Esse trabalho pós-aposentadoria deve ser prioritariamente, executado em horário reduzido para que esses trabalhadores possam dispor de tempo livre para o lazer, para os relacionamentos familiares e para outros projetos não ligados à vida profissional.

Mesmo indivíduos que desejam dar continuidade ao trabalho, permanecendo nele, precisaram de apoio e incentivo, conforme destaca Freitas, (2009 apud França, 2008, p.5), ao afirmar que nos dias de hoje a ação das organizações é apresentar uma estratégia que assegure a tranquilidade dos trabalhadores mais antigos e também dos que estão se jubilando, instigando a motivação e o rendimento do mais velho ao mais novo e junto de seus trabalhadores contribuírem com a responsabilidade social, até com aqueles que estejam deixando as organizações. A tarefa é reconhecer quais indivíduos anseiam, necessitam e são capazes de prosseguir no mesmo tipo de função, que esperam uma tarefa distinta ou ainda que desejem se aposentar decisivamente, e auxiliá-los nessa etapa.

METODOLOGIA

Este estudo teve por objetivo estudar os sentidos atribuídos as vivências dos idosos em sua senescência e em relação ao trabalho e a aposentadoria, considerando sua trajetória de vida. Seguindo alguns passos para essa pesquisa cabe ressaltar o que Minayo (2009, p. 34) destaca: “O Método Científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuídos de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico”.

Segundo Souza (2003 apud Beyaut, 1997, p. 79):

O homem deve ser estudado como um ser indivisível. Não existe um homem econômico, um homem social, um homem produtor de cultura. Há um só ser, que é um ser de conduta social, um ser de comportamento econômico e um ser produtor e consumidor de cultura, que se revela através de seu discurso e de sua prática social que pode ser entendida como a institucionalização das representações de um grupo.

Portanto, em uma visão metodológica no que se refere à pesquisa qualitativa, de Souza (2004, p. 4) destaca que:

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador.

Souza (2003 apud Beyaut, 1997, p. 79) revela que, o conceito que o homem possui sobre o mundo é consequência do trabalho de reprodução feito acontar da sua afinidade com seu próprio universo. Deste modo, para refletir sobre um aspecto, é necessário considerar que ele conseqüentemente é informação de alguma pessoa para determinado coisa (, grupo, afinidade, indivíduo, etc.) e está estabelecido numa construção social, isto é, reconhece dados da cultura, da expressão e dos conceitos do grupo onde o indivíduo se coloca.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA, 2005, p.20).

Para essa pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica descritiva através de coletas de dados registrados em livros, trabalhos de graduações, pós-graduações, especializações, artigos, sites, mídias em geral, entre outros, referente aos estudos e projetos já existentes na área até o presente momento. Este estudo, de caráter descritivo, foi realizado por meio de revisão de literatura, através de consultas a artigos científicos e livros sobre idoso, trabalho e aposentadoria. Efetuada a coleta de dados foi imprescindível que se fizesse o reconhecimento das informações que serão elementos significativos para esta análise e em seguida estabelecer uma comparação entre eles. Essas informações tiveram que ser aceitas da forma que se apresentam mesmo que ocasionalmente se mostrem inacabadas, incompletas ou indefinidas.

Cumpra apenas enfatizar que se a preocupação metodológica do pesquisador ao trabalhar com análise qualitativa reside em uma apreensão abrangente do fenômeno estudado, aliada à garantia de estar passando um conhecimento crítico da realidade, ele necessita, para cumprir seus objetivos, de muito tempo, disponibilidade, conhecimento e experiência na área e muita, mas muita seriedade no seu trabalho. (ALVES e SILVA, 1992, p.67)

Assim, se faz necessário tomar cuidado, e analisar de forma adequada, todos os documentos utilizados na verificação dos dados. As informações foram consideradas com fundamento na totalidade dos dados coletados. Por meio de debate a análise, as citações bibliográficas e o modelo teórico foram agregadas aos assuntos e às informações que promoveram os resultados provenientes do contexto em que foram colhidos.

DISCUSSÃO

O trabalho sempre foi algo de muita importância para o homem, e que o mesmo tem muitas objeções em se desligar do seu meio de sobrevivência, pois é através do trabalho que o homem se organiza em seu meio social, Bulla (2003, p.5) afirma que o trabalho é imprescindível para o crescimento individual e importância social, tendo o jubilado complexidades de desprender-se do mesmo. O meio de sobrevivência simboliza a função de mediador da organização da existência do homem, em que horas, ocupações e relações pessoais são demarcadas, de acordo com as suas determinações, sendo essenciais para a vida social.

Esse tão esperado momento que é a aposentadoria traz consigo um misto de sentimentos ao idoso, pois é um momento de expectativa, frente a uma realidade diferente de tudo o que já viveu; alegria, pois sabe que a jubilação é merecida após anos de labuta, mas também uma inquietação para o trabalhador que já se vê sem ocupação dali para frente. É um período de mudanças. Shimidt (2010, p.4) afirma, ainda que represente um período de redirecionamento da vida do homem, e por esse motivo, não deva se resumir a jubilação a prejuízos, é fatal supor as rupturas a que reflete, principalmente do trabalho, que é tanto considerado em nosso meio social, pois além da jubilação ser um benefício declarado e em muitas circunstâncias almejado, o sujeito jubilado é tomado como um inútil, como aquele que não tem mais proveito para o meio de sobrevivência.

O idoso aposentado é visto pela sociedade como uma pessoa desocupada e improdutivo, parecendo esquecer-se de tudo o que esse indivíduo já trabalhou e produziu em sua vida inteira. Bulla (2003, p.5) ressalta que, a sociedade é incongruente. Por um lado, avalia a jubilação como um privilégio e uma vitória do trabalhador, após excessiva dedicação e anos de trabalho, por outro, deprecia o indivíduo, que passa a ser visto como inútil e, por conseguinte, improdutivo depois de jubilado. Com isso causando traumas e prejuízos psicológicos ao idoso. Conforme revela Horta, et al (2010, p.3):

A perda da posição social após a aposentadoria leva o idoso a interromper suas responsabilidades relacionadas ao mundo do trabalho e da produção, gerando rótulo de inútil e improdutivo. Se não houver um planejamento prévio, o desvinculamento com o trabalho torna-se traumático, envolvendo a perda da auto-identidade e levando a alguns distúrbios psicológicos e depressão. Durante o processo de envelhecimento, as famílias envelhecem juntamente com seus membros e sofrem mudanças na sua constituição

O aposentado preparado para essas mudanças na vida deverá pensar em uma nova forma de se conduzir frente a tantas mudanças, é o que aponta Schimidt (2010 apud Santos, 1990, p.

4) afirmando que o jubilado frente a essas alterações necessitará reorganizar sua identidade pessoal por meio da introjeção de novas atribuições e da procura de novos propósitos de vida, em um procedimento de redirecionamento de sua vida. Ou seja, o período livre que a jubilação proporciona pode ser vivido não somente como um período “vago”, mas ser empregado para desenvolvimento individual.

Alvarenga (2009, p.6), ressalta que:

É fundamental que o planejamento englobe a visão multidimensional, devendo ser estimulada a distribuição equilibrada do tempo entre a afetividade, vida familiar, lazer, participação sócio-comunitário e uma atividade laborativa com tempo reduzido, remunerada ou voluntária.

Repensar e planejar o amanhã faz com que haja uma melhor qualidade de vida e isso faz com que o indivíduo se torne um idoso aposentado realizado, fazendo com que a aposentadoria se torne um tempo de expectativas positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de muitas leituras de diversos autores, pode-se concluir que a aposentadoria é um tempo de novas expectativas para o idoso, tanto positivas quanto negativas. Devido ao aumento da expectativa de vida, automaticamente vê-se mais pessoas aposentadas.

Quando o efeito desse tempo é positivo, muitos desses aposentados ainda têm vigor, entusiasmo e vitalidade para ir de encontro a essa nova etapa organizam-se para investir em projetos antigos e em sonhos a muito deixados de lado. Motivados pela precisão monetária ou simplesmente para se sentirem úteis. E isso faz com que a aposentadoria se torne um tempo saudável ao sujeito, já que ele necessita dessas ocupações, e há também os que ao se aposentarem dedicam suas energias, tempo e sua atenção para a família, o lazer, aos amigos, desfrutando de momentos únicos com seus netos e familiares mais próximos, valorizando cada segundo.

Por outro lado, para muitos se torna momentos de aflições, pois muitos desses aposentados não se prepararam para esse tempo, e se frustram ao se verem inativos, além disso com a chegada da aposentadoria, também perdem o vínculo social, principalmente dos colegas de trabalho. Por isso a importância do PPA dentro das empresas, para apoiar o sujeito nessa nova etapa, ajudando-o a se inserir em um novo caminho, outra ocupação e até mesmo trabalhos voluntários junto a sociedade, dando ao aposentado autonomia para escolher seu caminho, ao

projetar seu futuro, controlar as inevitáveis perdas e assumir o controle de suas escolhas e quem sabe sua inclusão no mercado de trabalho

Sabe-se que há muitos casos em que é o aposentado quem sustenta a família, precisando dessa reinserção no mercado de trabalho. Esse período é onde o aposentado sofre com a discriminação e preconceitos, pelo fato de ser aposentado e também devido a sua idade.

É de grande importância a presença da família como apoio neste período de mudanças, e que em muitas vezes a família também necessita de preparo e orientação, pois a mesma também enfrenta momentos de dúvidas e incertezas quanto a esse novo tempo.

Esse estudo teve como objetivo investigar o significado da aposentadoria para o idoso e perceber o significado do trabalho na vida do homem. Também destacar a importância do PPA nas empresas, para que haja uma vivência com qualidade nesse período tão importante da vida do trabalhador. Por ser uma nova etapa na vida do idoso é relevante ressaltar que é um tempo desse sujeito tentar olhar para trás e ver o quanto já fez e também voltar seu olhar para frente e perceber o quanto ainda pode fazer.

Diante de tudo isso vale destacar tão importante frase de Erikson citada por Veríssimo (2002 p.23), “É a altura de fazer um balanço e refletir. E o saldo será positivo se as crises se foram resolvendo devidamente, na medida em que é isso que confere ao percurso um significado integrador, e permite ao indivíduo prefigurar-se sabedor e sensato”.

REFERÊNCIAS

ANDUJAR, A. M. **Modelo de qualidade de vida dentro dos domínios biopsicossocial para aposentados**. Diss. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2006. Disponível em: <http://catedragc.mes.edu.cu/download.MartinsAndujar.pdf>. Acesso em: 19/05/2016.

ALVARENGA, L. N., et al. **Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso**. Revista da Escola de Enfermagem da USP 43.4 (2009): 796-802. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reeusp/article>. Acesso em: 25/05/2016

ALVES, Z. M. M. B., M. Helena G. F. SILVA. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Paidéia (Ribeirão Preto) (1992): 61-69. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 09/06/2016.

ANTUNES, M. H., C. L. O. O. MORÉ. **Família, trabalho e aposentadoria: uma revisão da produção científica no cenário brasileiro.** Contextos Clínicos. (2014): 145-154. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br>. Acesso em: 11/06/2016.

ANTUNES, M, C L. O. O. MORÉ. **Aposentadoria, saúde do idoso e saúde do trabalhador: revisão integrativa da produção brasileira.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho 16.3 (2016): 248-258. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 10/11/2016

ASSIS, M. **Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos.** Revista APS 8.1 (2005): 15-24. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Envelhecimento.pdf>. Acesso em: 25/05/2016.

BEJGEL, I., WANIR J. B. **O trabalhador do setor saúde, a legislação e seus direitos sociais.** Boletim de Pneumologia Sanitária 9.2 (2001): 69-77. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bps/v9n2/v9n2a11.pdf> Acesso em: 30/10/2016

BOTH, T. L., KUJAWA, D. R., WOBETO, M. I., SAVARIS, V. (2012). **Consideração sobre o idoso aposentado: uma intervenção da Terapia Cognitivo-Comportamental como instrumento de preparação à aposentadoria.** Revista Brasileira de Ciência do Envelhecimento Humano, 9, 90-101. Disponível em: <http://www.upf.edu.br/seer/index.php/rbceh/article>. Acesso em: 25/05/2016.

BRACIALI, M. C. L. **A reverência que devemos aos nossos ancestrais: o papel do idoso na família e na sociedade.** Revista Investigação 9.1 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br>. Acesso em: 22/05/2016.

BRESSAN, M. A. L. C., et al. **Trabalho versus aposentadoria: desvendando sentidos e significados.** Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica 23.1 (2012): 226-250. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article>. Acessado em: 01/06/2016.

BULLA, L. C., KAEFER, C. O. **Trabalho e Aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado.** Textos & Contextos (Porto Alegre) 2.1 (2006): 1-8. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/957/737>. Acesso em: 19/05/2016.

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Universidade Lusíada do Porto, Portugal: 3-13. 2007. <http://www.psicologia.pt/artigos>. Acesso em: 19/05/2016.

CERBASI, Adeus **aposentadoria**, Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**– São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks>. Acesso em: 20/05/2016.

COSTA, A. B., SOARES, D. H. P. **Orientação psicológica para a aposentadoria**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho 9.2 (2009): 97-108. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 25/05/2016.

DUARTE, C. **Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição**. Revista Brasileira de Orientação Profissional 10.1 (2009): 45-54. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf>. Acesso em: 27/05/2016.

FERREIRA, O. G. L., et al. **Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo**. Psico USF 15.3: 357-364. 2010. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online.LILACS>. Acesso em: 15/05/2016.

FREITAS, L. H. P. F., SOARES, D. H. P. **Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida**. Psicologia Ciência e Profissão 29.4 (2009): 738-751. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em 29/05/2016.

FÔLHA, F. A.S.,NOVO, L. F. **Aposentadoria: significações e dificuldades no período de transição a essa nova etapa da vida**. (2011). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle>. Acesso em 20/05/2016. Acesso em 25/05/2016.

FRANÇA, L. H. F. P. **Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. “Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição** (1999). Disponível em: <http://www.luciafranca.com/PDF/Aposentadoria>. Acesso em: 19/05/2016.

HORTA, A. L. M., FERREIRA, D, C. O. ZHAOLI M. **Envelhecimento, estratégias de enfrentamento do idoso e repercussões na família**. Revista brasileira de enfermagem (2010). Disponível em: <http://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/5864> Acesso em: 10/11/2016.

JÚNIOR, C S. C., LACERDA, M. A. **O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP**. Rev. Bras. Geriat. Gerontol 9.2, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 22/05/2016.

KUJAWA, D. R., et al. **Consideração sobre o idoso aposentado: uma intervenção da Terapia Cognitivo-Comportamental como instrumento de preparação à aposentadoria**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano 9.sup. 1 (2013). Disponível em: <http://www.upf.edu.br>. Acesso em: 25/05/2016.

LIMA, M. B. F. **Aposentadoria e tempo livre: um estudo com policiais federais**. (2010). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/123456789/94213> Acesso em: 10/11/2016

MACEDO, R., CHRISOSTOMO, A. C. R. **O trabalho segundo a visão de um grupo de aposentados**. Kairós. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde. ISSN 2176-901X 14.1 (2011): 149-161. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 19/05/2016.

MARRA, A.V., SOUZA, M. M. P. de. **Significado do Trabalho e Envelhecimento: Estudando os Gerentes Aposentados**. XXXVI Encontro da ANPAD Rio de Janeiro (2012) <http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/12737>. Acesso em: 29/05/2016.

MELO, O. V. **Aposentadoria: Prêmio ou Castigo?** Projeto Passo Fundo, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MINAYO, M.C.S, DESLANDES, S.F., GOMES, R **Teoria Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, J.O. W, **Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários**. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 541-550, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 09/06/2016.

PINTO, L. C. S., ALVES, S. C. A. **A atuação da psicologia nos programas de preparação para aposentadoria, Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**.19.2. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article>. Acesso em 29/05/2016

ROESLER, V. R. **Quando o trabalho é essencial, a aposentadoria parece impossível: o caso de docentes universitários franceses**. (2014)Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br>. Acesso em: 29/05/2016.

RODRIGUES, M., et al. **A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão**. *Revista Brasileira de Orientação Profissional* 6.1 (2005): 53-62. Disponível em:<https://scholar.google.com.br>. Acesso em:20/05/2016.

RODRIGUES, A. M. S. **M.O medo de envelhecer: e o papel do gerontólogo**. 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3567>. Acesso em: 19/05/2016.

ROMANINI, D. P., XAVIER, A. A. P., KOVALESKI, J. L. **Aposentadoria: período de transformações e preparação**. *Revista Gestão Industrial* 1.03 (2005): 091-100.Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br>. Acesso em:25/05/2016.

SCHNEIDER, R. H., IRIGARAY, T. **Q.O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. *Estudos em psicologia (Campinas)* 25.4 (2008): 585593. Disponível em: <http://bases.bireme.br>. Acesso em: 29/05/2016.

SCHMIDT, D. B., MARTINS, C. R. M. **Aposentar-se de que? Percepções de trabalhadores próximos da aposentadoria**. *Ecos-Estudos Contemporâneos da Subjetividade* 1.1 (2011): 55-70.Disponível em:<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article>. Acesso em: 22//05/2016.

SILVA, E. M., ALMEIDA, R. M., MORAES, L. S. **PPA: Programa de Preparação para Aposentadoria**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia–SEGeT 5 (2008). Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos>. Acesso em: 20/05/2016.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4. Edição (2005). Disponível em: http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_de_dissertacao.pdf. Acesso em: 25/05/2016.

SIQUEIRA, R. L., BOTELHO, M. I. V., COELHO, F. M. G. **A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais**. Ciência & saúde coletiva 7.4: 899-906: 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 19/05/2016.

SOARES, D. H. **Aposenta-ção aposentadoria para ação**, 1.ed. são Paulo: Vetor, 2011.

SOUZA, D. V., ZIONI, F. **Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados**. Saúde e Sociedade. 12. 2 (2003): 76-85. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11/06/2016.

SOUZA, Martins, Heloisa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa 30.2 (2004): 289-300. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11/06/2016

VERISSIMO, R. **Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson)** Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002 Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9133/2/76586.pdf>
Acesso em: 10/11/2016

WIECZYNSKI, M. M. **O significado da ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais: uma questão em debate**. Diss. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. <https://repositorio.ufsc.br/handle>. Acesso em: 20/05/2016.

ZANELLI, J. C. **O programa de preparação para aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, p. 157-

176, jan. 2000. ISSN 2178-4582. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em 22/05/2016.

ZANELLI, J. C. **Processos psicossociais, bem-estar e estresse na aposentadoria**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho. Florianópolis v.12. 329-340. Dez 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acessado em: 25/05/2016

ZANELLI, J. C., ANDRADE, J. E., BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Organizadores, - 2.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2014.

ZIMERMAN G. I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.